

1 **ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE PESCA – CEPESCA.**

2 Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, às 9h 00min no Auditório da Federação
3 da Indústria do Estado de Mato Grosso - FIEMT ocorreu a 5ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de
4 Pesca – CEPESCA, com a seguinte pauta: 1) Abertura da reunião, discussão e votação da ata da 4ª Reunião
5 Ordinária do dia 21 de agosto de 2015; 2) Informes; 3) Apresentação do Quadro de Registro de Frequência
6 das Instituições no CEPESCA; 4) Apresentação dos trabalhos da Câmara Técnica da Piracema; 5)
7 Continuação da discussão da Minuta de Lei da Pesca. A reunião foi presidida pela Srª. Ana Luiza Avila
8 Peterlini de Souza, Presidente do Conselho Estadual da Pesca (CEPESCA), assessorada pela Srª. Gabriela
9 Rocha Priante Teles de Ávila, Secretária Executiva do CEPESCA. A reunião contou com a presença dos
10 seguintes representantes institucionais do Conselho: Srª. Lúcia Aparecida de Fátima Mateus, representante
11 da UFMT; Sr. Lídio Coletto, representante da Bacia Araguaia-Pousada Alto Xingu; Srª. Neusa Arenhart,
12 representante da SEMA/MT; Sr. Joaquim Paiva de Paula, representante do CONSEMA; Sr. Keve Zobogany
13 de Szönyi de Silimon representante do IESCBAP; Sr. Cesar Esteves Soares representante do IBAMA; Sr.
14 Antenor Santos Alves Neto, representante da AMEPESCA; Srª. Mayla Gimenes de Melo, representante da
15 SECEL; Srª. Julita Burko Duleba, representante da Bacia Amazônica-Colônia Z 16; Sr. José Viana Neto,
16 representante da Bacia Paraguai-Colônia Z 10; Sr. Francisco de Assis Ribeiro de Souza, representante da
17 Bacia Araguaia-Colônia Z 09; Sr. Cairo Bernardino da Costa, representante da Bacia Paraguai-Oasis do
18 Pantanal; Sr. Nelson Antunes de Moura, representante da UNEMAT; Sr. Francisco de Arruda Machado
19 representante do MPE; Sr. Êrcio de Arruda Lins, representante da SFPA/MT; Sr. Vicente Falcão de Arruda
20 Filho. Estiveram presentes também os seguintes participantes: O Sr. Bruno Mees Ferreira, Coordenador de
21 Política Agrícola Rural da SEDEC/MT; Sr. Claudionor Angeli da COOPEAMAT; Sr. Jorge Augusto Amedi da
22 Secretaria de Meio Ambiente de Cáceres; Sr. Luiz Amaral da ARPAN; Srª. Ely Fernandes da Costa; Sr. Jules
23 B. de Moraes, Presidente da Colônia Z 4; Sr. Álvaro Leite da FIEMT. A Reunião foi aberta pela Srª. Ana Luiza
24 Avila Peterlini de Souza e inicia perguntando ao Conselho se tem alguma observação sobre requerimentos
25 de urgência que tivessem fora da pauta, para ser inserido. Ela solicita que Gabriela Priante, relate os
26 informes: 1) Publicação das Moções nº 01 e 02/CEPESCA/2015, dirigidas à Assembleia Legislativa de Mato
27 Grosso referente ao PL nº. 459/15 e PLC nº 18/15, respectivamente, publicadas no Diário Oficial nº 26614 de
28 08/09/15; 2) Publicação das Resoluções nº 004/15 e 005/15, que estabelecem o período de defeso da
29 piracema nos rios da Bacia Hidrográfica do rio Araguaia-Tocantins e das Bacias Hidrográficas dos rios
30 Paraguai e Amazonas, respectivamente, publicadas no Diário Oficial nº 26614 de 08/09/15; 3) Publicação da
31 Resolução nº 006, que Prorroga o prazo para a Câmara Técnica Temporária da Piracema para definir
32 critérios, periodicidade, ações e procedimentos para monitoramento nas três regiões hidrográficas do estado
33 de Mato Grosso a partir de 2016, publicada no Diário Oficial nº 26614 de 08/09/15; 4) Publicação da Portaria
34 nº 552 de 01 de outubro de 2015 com a atualização dos nomes dos representantes do CEPESCA; 5) Novos
35 membros do CEPESCA, representantes do Setor Empresarial de Turismo de Pesca da Bacia Amazônica –
36 Pousada Mantega (Titular: Marcelo Lima e Suplente: Lucimar Barreto); 6) Justificativa de Ausência dos
37 representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDEC, conforme Ofício nº
38 95/GSAG/SEDEC de 16.10.15 entregue à Secretaria Executiva no início desta reunião; 7) Substituição do
39 representante suplente da AMEPESCA, passando a ser nomeado o Sr. Antenor Santos Alves Neto, por meio
40 de documento entregue no início desta reunião; 8) Portaria Interministerial nº 192 de 05.10.15 (Ministério da

GRP

41 Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério do Meio Ambiente) que suspende, por até 120 dias, os
42 períodos de defeso de dez atos normativos. Considerando a relevância deste tema, a Sr^a. Ana Luiza Peterlini
43 propõe que esta discussão seja retomada no final da reunião para a proposição de encaminhamentos pelo
44 Conselho Pleno; proposta aprovada por unanimidade. Inicia-se a discussão da próxima pauta, o Quadro de
45 Registro de Frequência das Instituições; a Sr^a. Gabriela Priante informa as respostas recebidas sobre o
46 Ofício do CEPESCA, encaminhando o Quadro de Frequência das reuniões ocorridas até o momento: A
47 SECEL informa que foi indicada para compor o CEPESCA, a partir de 08/05/15, após fusão com a Secretaria
48 de Estado de Cultura; e a SEDEC informa que encaminhou a indicação de novos representantes, a partir de
49 30/04/15. A Sr^a. Gabriela Priante propõe que as faltas sejam consideradas após a aprovação do Regimento
50 Interno do CEPESCA, em abril de 2015. Esta proposição foi aprovada por unanimidade. Inicia-se a
51 apresentação dos trabalhos da Câmara Técnica da Piracema pela Sr^a. Lúcia Mateus; ela apresenta a
52 Proposta de Projeto de Monitoramento da Reprodução de Peixes de Interesse Pesqueiro no Estado de Mato
53 Grosso, um produto da Câmara Técnica Temporária da Piracema, contendo Objetivos, Área de Estudo,
54 Material e Métodos, Equipe, Cronograma de Atividades, Orçamento e Referências Bibliográficas. O Sr. Cairo
55 da Costa reforça que o setor de turismo de pesca se organizou e está disposto para apoiar a execução do
56 Projeto com alimentação, hospedagem e piloto para as atividades de campo. O Sr. Francisco Machado
57 informa que o Ministério Público está articulando a garantia de 500 mil reais para o referido Projeto, a partir
58 do estabelecimento do Termo de Ajustamento de Conduta com determinada Usina Hidrelétrica e que as
59 negociações já estão bem avançadas, porém ele questiona Em qual conta o recurso para o Projeto será
60 depositado? Quem irá gerir o Projeto? A Sr^a. Ana Luiza Peterlini referenda o apoio do Ministério Público
61 Estadual, bem como os encaminhamentos tomados. Em relação à gestão do Projeto, a Sr^a. Lúcia Mateus
62 sugere que possa ser realizada por uma instituição que tenha experiência em execução de projetos e que
63 facilite as suas respectivas ações, como por exemplo, o Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP) ou Instituto
64 Nacional de Áreas Úmidas (INAU). A Sr^a. Julita propõe também o Instituto Centro Vida (ICV), como outra
65 opção. O Sr. Francisco Machado comenta sobre a mortandade de peixes, Piraíbas, no Rio Teles Pires nas
66 proximidades da construção da Usina Hidrelétrica Teles Pires, conforme notícias veiculadas, no final de
67 setembro de 2015, como sendo um ato de "genocídio de peixes" e que alguma ação deve ser tomada. O Sr.
68 Cesar Soares informa que assim que tomou conhecimento do ocorrido, o IBAMA, tomou as medidas
69 cabíveis, notificando o empreendimento e solicitando o Relatório do fato. O empreendimento recebeu duas
70 notificações e estaria sendo autuado pela segunda vez, sendo as devidas providências tomadas tanto na
71 parte administrativa como na parte penal, pelo Órgão responsável, IBAMA. Em relação ao Projeto de
72 Monitoramento, ele reforça que o IBAMA, dispõe de recursos humanos e tem muito interesse em
73 acompanhar as suas ações e propõe que o mesmo seja encaminhado a todas as instituições do CEPESCA,
74 após sua aprovação pelo Conselho Pleno, para que as mesmas possam verificar as respectivas parcerias na
75 execução do Projeto. A Sr^a. Julita Duleba solicita ao IBAMA, a possibilidade de ter acesso ao Relatório
76 entregue pela Usina Hidrelétrica Teles Pires sobre a mortandade de peixes. O Sr. Cesar Soares informa que
77 encaminhará posteriormente o referido Relatório para os Conselheiros interessados. A Sr^a. Ana Luiza Peterlini
78 solicita licença ao Conselho Pleno, pois precisará se ausentar da reunião e solicita que a Sr^a. Neusa
79 Arenhart, representante suplente da SEMA, auxilie a Secretária Executiva, Sr^a. Gabriela Priante, na
80 condução da reunião. A Sr^a. Gabriela Priante retoma a discussão sobre a pauta para que o Conselho Pleno

81 delibere sobre a Aprovação do Projeto de Monitoramento concluído pela Câmara Técnica da Piracema,
82 sendo o mesmo aprovado por unanimidade. O Sr. Ércio propõe que o Projeto tenha um Coordenador Técnico
83 e um Coordenador Administrativo, com subcomissões nas diferentes regiões do Estado. O Sr. Lídio Coletto
84 se dispõe para apoiar a região do Rio Coluene. A Sr^a. Lúcia Mateus informa que foi previsto no Projeto a
85 contratação de bolsistas que terão dedicação exclusiva para cada uma das três regiões do Estado. Foi
86 sugerido então pelo Conselho Pleno que a Sr^a. Lúcia Mateus seja a Coordenadora Técnica e a Sr^a. Gabriela
87 Priante, a Coordenadora Administrativa do Projeto de Monitoramento de Peixes; proposta aprovada por
88 unanimidade. O Sr. Cairo Costa reforça a necessidade de ser encaminhado o quanto antes, o cronograma de
89 execução das atividades de campo para que o setor empresarial de turismo de pesca possa se organizar
90 para dar o apoio necessário nestas atividades. A Sr^a. Lúcia Mateus ficou responsável para organizar e
91 encaminhar o cronograma de execução das atividades de campo. O Sr. Keve reforça a sua preocupação
92 com a gestão do Projeto de Monitoramento, pois certamente haverá custos adicionais ao valor estabelecido
93 no custo do Projeto ao repassar esta atribuição para outra entidade. O Sr. Francisco Machado afirma que o
94 acréscimo no custo total do Projeto já foi pensado nos encaminhamentos do termo de ajustamento de
95 conduta a ser firmado, sendo o mesmo arredondado para R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). O último
96 ponto da pauta é a continuação da discussão da Minuta de Lei da Pesca. O Sr. Francisco Machado propõe
97 que o mesmo seja transferido para a próxima reunião ordinária, em função do adiantado da hora. A Sr^a. Lúcia
98 Mateus reforça a importância de deixar esta discussão como pauta principal da próxima reunião, de forma a
99 garantir a retomada da discussão da Lei da Pesca. O Sr. Keve Silimon propõe que a Secretaria Executiva do
100 CEPESCA busque informações sobre os encaminhamentos dados pela Assembleia Legislativa em relação
101 aos Projetos de Lei de Compilação da Legislação Ambiental. Conforme deliberado no início desta reunião,
102 retoma-se a discussão sobre a Portaria Interministerial nº. 192/2015. O Sr. Ércio Lins enfatiza que esta
103 Portaria tem cunho exclusivamente econômico, considerando a crise financeira do País, algumas medidas
104 estão sendo tomadas e na Região Amazônica não será pago o seguro de defeso aos pescadores
105 profissionais, conforme discussões que ele teve a oportunidade de acompanhar na esfera federal. Ele
106 enfatiza a necessidade de um recadastramento dos pescadores profissionais, de forma que sejam
107 contempladas apenas as pessoas que têm direito ao benefício do seguro de defeso. Ele traz também um
108 questionamento para reflexão do Conselho Pleno "Até que ponto o Período da Piracema está cumprindo sua
109 função?" O Sr. Vicente Falcão reforça a necessidade de um diálogo da esfera federal com os órgãos
110 ambientais para serem definidos os critérios conjuntamente, de forma a evitar demais prejuízos ao segmento
111 dos pescadores profissionais. Ele reforça a arbitrariedade da referida Portaria e propõe que o CEPESCA
112 solicite intervenção jurídica à Subprocuradoria de Mato Grosso, nesta questão. O Sr. Francisco Machado
113 reforça que é competência da União cuidar dos recursos naturais e solicitará autorização para questionar
114 essa Portaria junto ao Ministério Público Federal e enfatiza sobre a importância da Piracema para a
115 manutenção do estoque pesqueiro. O Sr. Ércio Lins esclarece que ele também é contrário à referida Portaria,
116 e que sua fala anterior, trata-se da interpretação do Distrito Federal sobre o tema. Ele reforça também a
117 necessidade da intervenção jurídica dos Ministérios Públicos Estadual e Federal sobre a Portaria e que o
118 CEPESCA encaminhe esta solicitação. A Sr^a. Lúcia Mateus informa que a academia científica está se
119 mobilizando pela forma arbitrária desta Portaria e endossa que o CEPESCA deva se manifestar também. O
120 Sr. Cairo Costa informa que o departamento jurídico da Associação Nacional de Pesca Esportiva (ANPE),

121 também está se mobilizando junto com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para intervirem sobre a
122 Portaria. A Sr^a. Julita Duleba reforça sobre a necessidade da manifestação do CEPESCA sobre o tema e
123 defende que o pescador profissional não pode ser penalizado pelo fato de existirem outras pessoas
124 recebendo o benefício do seguro de defeso indevidamente, atribuindo este problema ao extinto, Ministério da
125 Pesca e Aquicultura (MPA) que distribuiu as respectivas carteiras de pescadores profissionais. Ela informa
126 que está marcada uma reunião na Controladoria Geral da União (CGU), em Brasília-DF, no próximo dia
127 29/10 junto com a Federação dos Pescadores e espera que esta situação seja sancionada. O Sr. Êrcio Lins
128 esclarece que o MPA seguiu as legislações federais, as quais flexibilizaram os critérios para emissão das
129 respectivas carteiras de pescadores e reforça que não compactua com esta flexibilização, mas a partir do
130 momento em que a legislação foi aprovada, a mesma deve ser cumprida. O Sr. Cesar Soares reforça que a
131 União delegou a responsabilidade ao Estado pela gestão dos recursos pesqueiros e que Mato Grosso já
132 definiu o Período de Defeso por meio das Resoluções do CEPESCA, sendo assim o Período de Defeso
133 existe e está em vigor em nosso Estado e o pescador profissional não pode ser prejudicado. O Sr. Lídio
134 Coletto solicita que todos assumam o compromisso de assumir o Período de Defeso já definido para Mato
135 Grosso. O Sr. Cairo Costa solicita que este posicionamento do CEPESCA seja amplamente divulgado nos
136 canais de comunicação. O Sr. José Viana apoia a decisão do Conselho Pleno, mas reforça que se os
137 pescadores profissionais não receberem o benefício do seguro de defeso, será difícil impedi-los de pescar,
138 pois todos têm família para sustentar e necessitam de recursos financeiros para garantirem sua
139 sobrevivência. O Sr. Francisco de Assis também apoia a fala do Sr. José Viana e reforça que eles
140 compreendem a importância do período de defeso para a manutenção e proteção do estoque pesqueiro. Foi
141 aprovado por unanimidade que o CEPESCA dê ampla divulgação sobre o período de defeso já definido no
142 estado de Mato Grosso, pelas Resoluções do CEPESCA e que sejam tomadas as devidas providências
143 jurídicas junto à Subprocuradoria e Ministério Público Estadual e Federal em relação à Portaria
144 Interministerial n°. 192/2015. A Sr^a. Gabriela Priante informa sobre o Plano de Ação da equipe da
145 Superintendência de Educação Ambiental da SEMA previsto com atividades regionais e ações de
146 revigoração dos recursos pesqueiros para a Campanha da Piracema 2015/2016, a serem realizadas em
147 Cuiabá, Barra do Garças e Alta Floresta e se compromete a encaminhar via e-mail aos Conselheiros para
148 conhecimento, auxílio na divulgação e participação, caso seja possível. Nada mais havendo a declarar a
149 reunião encerrou às 12 h e 30 min e eu, Gabriela Rocha Priante Teles de Ávila, lavrei esta ATA que será
150 assinada pela Presidente e pela Secretária Executiva do Conselho Estadual de Pesca – CEPESCA.

151
152
153
154 Ana Luiza Avila Peterlini de Souza
155 Presidente do CEPESCA

151
152
153
154 Gabriela Rocha Priante Teles de Ávila
155 Secretária Executiva do CEPESCA